



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO**

Processo nº: **0007476-55.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado**  
 Documento de Origem: **IP, BO - 239/2014 - 3º Distrito Policial de São Carlos, 1191/2014 - 3º Distrito Policial de São Carlos**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **Almir Batista Santana**

Aos 23 de junho de 2015, às 14:00h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). **ANTONIO BENEDITO MORELLO**, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. **Luiz Carlos Santos Oliveira**, Promotor de Justiça, bem como do réu **ALMIR BATISTA SANTANA**, devidamente escoltado, acompanhado do Defensor Público, Dr. Joemar Rodrigo Freitas. Iniciados os trabalhos foram inquiridas a vítima Mara Denise Ribeiro Teixeira dos Santos, as testemunhas de acusação Rodrigo Dias, Mauro Ferreira dos Santos e Lucas Alexandre Claro, sendo o réu interrogado ao final, tudo em termos apartados. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: A denúncia é procedente. A vítima, ao ser ouvida, narrou a prática do furto, dizendo que a janela de sua casa foi arrombada e do interior da residência foram subtraídos documentos e um pouco de dinheiro. Em poder do réu foram encontrados esses documentos pessoais, conforme auto de fls. 5. Em razão da apreensão desses documentos ele foi levado para a delegacia de polícia, onde, perante os policiais civis, confessou a participação no furto. Tanto na polícia como em juízo os policiais civis disseram que o réu confessou perante eles a participação no furto, inclusive em relação da subtração da quantia em dinheiro, dizendo que ficou do lado de fora enquanto um comparsa entrou no imóvel e subtraiu os bens. Como se vê o réu admitiu perante os policiais a participação no furto. Por outro lado, com ele foram encontrados alguns documentos subtraídos da casa da vítima, o que também faz presumir a sua participação no furto. O laudo de fls. 56 mostra o arrombamento da janela do imóvel onde ocorreu a subtração, Isto posto requeiro a condenação do réu nos termos da denúncia. É ele reincidente específico (fls. 81), de modo que a pena deverá ser iniciado no regime fechado, sem direito à substituição por pena restritiva de direito. **Dada a palavra À DEFESA:** MM. Juiz: Requer a improcedência da ação penal por insuficiência de provas. A denúncia narra que o acusado, mediante arrombamento, subtraiu quantia de R\$20,00 em dinheiro e documentos pessoais. A vítima em juízo afirma que apenas documentos foram subtraídos, não mencionando a quantia do dinheiro. O réu, por outro lado, alega que achou os documentos na rua. Há indícios que corroboram com a versão deste. A própria vítima disse que nos dias posteriores pessoas achavam seus documentos espalhados pela rua. Ademais, a prisão do acusado, não se deu logo após o dia da subtração. O acusado foi preso no dia 3 de junho às 11 horas, fls. 3. O fato narrado ocorreu no dia 2 no período da manhã. O intervalo de tempo de 24 horas torna crível a versão alegada pelo réu. No caso não há que se falar em inversão do ônus da prova, em razão do intervalo de tempo transcorrido. Ademais, o RG apreendido não é de propriedade da vítima, conforme depreende-se da leitura de fls. 15. O Ministério Público pretende a procedência da ação apenas com base na confissão informal e extrajudicial, onde não há a observância das garantias dispostas no artigo 185 do CPP. Não há relato de que os policiais informaram o acusado de que este possuía o direito de permanecer calado etc. Aliás, conforme é o relatório de fls. 19, nem os policiais acreditaram na versão apresentada pelo acusado. Ademais,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

a suposta confissão narrada pelos policiais diz que foi subtraída uma carteira que estava em cima do sofá. A vítima disse que os documentos estavam em seu quarto. Portanto, o quadro probatório não enseja um decreto seguro condenatório. Por fim, requer a fixação da pena-base no mínimo e regime semiaberto nos termos da súmula 269. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. ALMIR BATISTA SANTANA**, RG 61.586.826, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 155, § 4º, inciso I, do Código Penal, porque no dia 2 de junho de 2014, no período da manhã, subtraiu para si, mediante rompimento de obstáculo, uma carteira contendo a quantia de R\$ 20,00 em dinheiro e documentos pessoais, pertencentes à vítima Mara Denise Ribeiro Teixeira dos Santos. Segundo se apurou, o denunciado, após fugir da penitenciária de Bauru/SP, resolveu praticar crime de furto nesta cidade. Para tanto, aproveitando-se da ausência de vigilância, arrombou a janela da sala da residência da vítima, e tomou o interior do imóvel. Em seguida, subtraiu uma carteira que estava no sofá da residência, a qual continha dinheiro e documentos pessoais da vítima. No dia seguinte, policiais militares surpreenderam o denunciado caminhando na via pública, em poder dos documentos da vítima e o levaram à Delegacia. Lá, descobriu-se que ele era foragido da Justiça e ele acabou confessando o crime de furto aos investigadores, inclusive dando detalhes de sua conduta criminosa. Recebida a denúncia (fls. 59), o réu foi citado (fls. 85/86) e respondeu a acusação através de seu defensor (fls. 89/90). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento realizada nesta data, quando foram ouvidas a vítima e três testemunhas de acusação e o réu foi interrogado. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação e a Defesa requereu a absolvição por falta de provas. **É o relatório. DECIDO.** O réu foi detido como suspeito de um roubo e ao ser apresentado na delegacia forneceu seus dados pessoais incorretos, justamente porque era fugitivo. Com ele foram encontrados documentos de outra pessoa, sendo constatado em seguida que pertenciam a uma vítima de furto. Segundo os policiais civis hoje ouvidos o réu admitiu participação no furto. O réu nega a acusação e para justificar a posse dos documentos disse que encontrou na rua uma carteira e em seguida houve a abordagem policial. A prova da autoria que está nos autos é insuficiente para impor uma condenação. A confissão informal que o réu prestou aos policiais não foi registrada no boletim de ocorrência de fls. 3/4. Demais, com a negativa do réu feita nos autos não é possível, com base apenas na informação dos policiais, que sequer foi formalizada nos autos, reconhece-lo como o autor do furto. A posse dos documentos da vítima é indício forte de autoria. No entanto, a versão que ele apresentou, de ter localizado os documentos na rua, não pode ser desprezada, porque a própria vítima informou que vários de seus documentos foram localizados espalhados na via pública. Diante desse quadro deve ser reconhecida a insuficiência de provas e absolver o réu, pois, como tem sido apregoadado, é “Preferível absolver-se um culpado por deficiência de provas a condenar-se um inocente com provas deficientes” (JUTACRIM 59/240). De fato, é mais conveniente e justo ter culpado solto do que inocente preso. Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTE A DENÚNCIA e ABSOLVO o réu ALMIR BATISTA SANTANA**, com fundamento no artigo 386, VII, do CPP. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. Registre-se e comunique-se. **NADA MAIS.** Eu, \_\_\_\_\_ CASSIA MARIA MOZANER ROMANO, Oficial Maior, digitei, imprimi e subscrevi.

MM. JUIZ:

MP:

DEFENSOR:

RÉU: